

Estados encobrem crise financeira

MINISTÉRIO DA FAZENDA NÃO TEM DADOS PARA NEGOCIAR PROGRAMA DE SANEAMENTO FINANCEIRO COM OS GOVERNADORES

O Ministério da Fazenda está enfrentando dificuldades na negociação com os governadores para a montagem de um programa de saneamento das administrações dos Estados por causa da falta de informações sobre suas finanças. "Há Estados que só mandam a conta", declarou o ministro Pedro Malan. A alternativa da equipe econômica tem sido a de recorrer ao Banco Central para conhecer a relação entre receita e despesa dos Estados, por meio de dados de instituições financeiras, e saber de que forma eventuais déficits estão sendo financiados.

O relacionamento de troca de informações entre União, Estados e municípios é cercado de sigilo, garantido pela Constituição. "Há uma resistência natural até por conta do princípio federativo", disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. O secretário e o próprio ministro admitem as limitações do governo federal diante da quase absoluta escassez de informações sobre a real situação financeira dos Estados. Já passou a ser normal o conhecimento do resultado das contas dos Estados e municípios depois que os fatos estão consumados.

No primeiro semestre, por exemplo, governadores e prefeitos acumularam um déficit operacional em suas contas, incluindo o pagamento de encargos da dívida, de 2% do PIB. Malan trata este problema com cuidado, não quer particularizar críticas, mas se resente de dados mais completos. Segundo ele, alguns governadores só "mandam a conta", mas quando têm interesse na concessão de uma autorização para aumentar a dívida ou obter um aval do Tesouro são menos parcimoniosos no fornecimento de dados financeiros. "Eles alegam indepen-

cia dos poderes", disse Parente.

A equipe econômica não consegue esconder a frustração de ser obrigada a tomar decisões "a posteriori" em situações como a atual, na qual os Estados convivem com nova crise financeira provocada pelo aumento dos gastos com pessoal. Para cobrir o déficit, os governadores criaram uma dívida de R\$ 2,9 bilhões nos bancos privados, por meio de operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO).

As informações que o ministério obtém junto ao Banco Central permitem, apenas, uma visão de conjunto, ou seja, dos totais de despesas e receitas. Entretanto, não se sabe em que foi gasto o dinheiro, pois não há um detalhamento de despesas semelhante ao realizado pelo governo federal, que divulga mensalmente a execução financeira do Tesouro Nacional. O BC só pode evidenciar de que forma o eventual déficit foi financiado. "É possível saber se as contas estão melhorando ou piorando, mas não se sabe detalhes", disse o secretário Pedro Parente.

Malan e Parente acreditam que a eventual aprovação da reforma administrativa poderá tornar a situação de controle de gastos dos Estados mais evidente. Eles relacionam pelo menos três medidas que poderiam conter os gastos com o pagamento de pessoal, o principal motivo da nova crise financeira nos Estados: restringir a concessão de aumentos salariais às obrigações definidas em Lei; criar regras mais claras para estabelecer a relação dos salários com os vencimentos do governador e Presidente da República, e o pagamento de salários proporcionais ao tempo de serviço a funcionários colocados em disponibilidade.

Beatriz Abreu/AE